

GLOBALIZAÇÕES E NOVAS QUESTÕES SOCIAIS

Sandro Rudit¹

RESUMO: Este texto analisa as novas questões sociais relacionadas aos processos da globalização. Na primeira seção do texto, apresenta-se aspectos do debate sobre a natureza e a extensão da chamada “globalização”. Na segunda, propõe-se o esquadrinhamento do(s) processo(s) de globalização em quatro dimensões relativamente independentes entre si, a saber, econômica, política, cultural e societal. Na terceira, sustenta-se a existência de questões sociais relacionadas às dimensões da globalização: a pobreza, os autoritarismos, as violências e a degradação dos recursos naturais. Por fim, argumenta-se que as novas questões sociais estão a exigir instrumentos de análise que incorporem a multiplicidade, a contingência e a conflitualidade dos processos em curso, contrapondo-se às análises de caráter linear, monolítico e inexorável.

PALAVRAS-CHAVE: globalização; pobreza; autoritarismo; violência; degradação ambiental.

1. Introdução

A *globalização* está a marcar indubitavelmente as transformações, as características e os desafios de nossa época. Malgrado essa certeza, há substanciais divergências entre os analistas não somente no que concerne à gênese e à extensão do

¹ Sociólogo. Doutorando em Sociologia no PPGS/ UFRGS. Mestre em Sociologia pelo PPGS/ UFRGS. Atualmente trabalha no Projeto de Tese *Redes Globais de Empresas e Desenvolvimento Local: relações interfirmas, emprego e qualificação no pólo automobilístico de Gravataí*. Trabalho elaborado com apoio financeiro do CNPq.

fenômeno em questão, mas também à direção tomada pela vida social contemporânea em face dele. Todavia, há certo consenso no sentido de que a globalização expressa-se em processos relativos às diferentes dimensões da vida social e de que se trata de um fenômeno que, em face de seu caráter multifacetado, atinge diferentemente a grupos, países, regiões e mesmo continentes, estabelecendo novos desafios e conflitos entre os atores sociais e recolocando o debate sociológico sobre a questão, ou as questões sociais pertinentes ao nosso tempo.

O fato é que, como já suficientemente argumentado e evidenciado na vasta produção sobre o tema nas ciências sociais, aquilo que denominamos de globalização não é um processo unívoco. Por um lado, pode-se pensar as suas propriedades e sobretudo as suas implicações para além de aspectos econômicos. A globalização parece consistir em processos e conflitos que, apesar de articulados, operam em quatro dimensões da vida social: econômica, política, cultural e societal. Por outro lado, os processos e conflitos emergentes afetam distintamente a grupos, regiões, setores econômicos, países e continentes. Eles oferecem diferentes possibilidades e limites aos agrupamentos humanos, produzindo variadas configurações do social.

Neste sentido, se experimentamos notáveis mutações nas formas, ou nas estruturas, da vida social e se, em lugar de globalização, temos processos de globalização, ou ainda *globalizações*, então nosso tempo pode ser pensado também como portador de *novas questões sociais*. Não se trata de desmerecer análises magistrais, como a de Robert Castel (1999), que, ao pensar a vida social como totalidade, ou como *sociedade*, argumenta em favor da existência de uma nova questão social na contemporaneidade, a saber, a existência de zonas crescentes de instabilidade e de vulnerabilidade de massa, produzindo indivíduos *inúteis para o mundo*, após um período de proteções relativamente satisfatórias oferecidas pelo Estado Social, ao menos nas sociedades onde ele de fato se realizou, mas se trata, de certo modo, de analisar como a nova questão social, que integra na sua concepção aspectos políticos, econômicos e societais, pode ser desdobrada em termos de diferentes questões

sociais, as quais, conquanto articuladas, são distinguíveis entre si. Trata-se, pois, de saber como esquadrihar os processos e questões sociais relacionados à globalização, desde o olhar e a inquietação propostos por uma *teoria crítica*² que se insurge contra as análises e os discursos favoráveis a uma globalização hegemônica, monolítica e linear³.

O *objetivo* deste texto consiste em apresentar sumariamente as *novas questões sociais*, notadamente a pobreza, os autoritarismos, as violências e a destruição e escassez dos recursos naturais, que emergiram em face dos atuais desdobramentos dos *processos da globalização*, produzidos a partir da dinâmica dos conflitos estabelecidos entre variados atores sociais nas dimensões econômica, política, cultural e societal. Trata-se de decompor o processo de globalização em quatro dimensões e, a partir de sua análise, identificar quais seriam as questões sociais correspondentes aos processos da globalização.

2. Os Termos do Debate: “Globalização” vs. “Globalizações”

A extensa e profícua produção intelectual sobre a *globalização* está a caracterizá-la como um *fenômeno multidimensional*. O significado e a abrangência das transformações provocadas pela globalização tornaram-na um dos temas mais debatidos na teoria social, quicá nas duas últimas décadas, cujos estudos focalizam variados aspectos, a partir tanto das opções teóricas como dos objetos de reflexão dos autores.

Um dos embates intelectuais sobre a globalização refere-se à temporalidade e às repercussões do fenômeno, relacionando-se também às diferentes concepções sobre a dinâmica social –

² A teoria crítica, na acepção aqui empregada, transcende à Escola de Frankfurt, incluindo, entre outros, os seguintes intelectuais: Anthony Giddens, Pierre Bourdieu, Jürgen Habermas, Alain Touraine, Boaventura de Souza Santos, Zygmunt Bauman, Manuel Castells, Robert Castel e Roland Robertson.

³ Trata-se do discurso dominante sobre a globalização cujas análises interpretam, em geral, a globalização como fenômeno inexorável e acabado, sobre o qual não há resistência possível, nem desejável. Exemplo ilustrativo desta leitura é-nos apresentado por Stan Davis e Christopher Meyer (2000).

totalidades/ continuidade vs. fragmentação/ descontinuidade, constatando-se duas linhas de argumentação. Numa delas, estão os que sustentam a idéia de que a globalização seria um fenômeno antigo que, presentemente, apenas se intensificou. Estaríamos enfrentando mudanças que exigiriam adaptações, ou ajustes estruturais, de nossos sistemas sociais aos novos tempos.

Esta parece ser a interpretação de Octávio Ianni (2001), para quem a globalização atual estaria associada à trajetória do capitalismo, desde o século XVI, com as grandes navegações, apesar das suas especificidades na contemporaneidade, tais como existência de novas técnicas de guerra, revolução informática, sistema financeiro mundial, relações econômicas mundiais, reprodução ampliada do capital, inglês como língua franca e o predomínio mundial do neoliberalismo como matriz ideológica. Ela seria a expressão de uma metamorfose do modo de produção capitalista que repercute nas formas de ser, agir e pensar. A crise do socialismo no contexto da Guerra Fria, nos anos 50, teria implicado em liberdade para a expansão capitalista em escala mundial e para a ascensão da chamada ideologia neoliberal, intensificando o processo de globalização de caráter capitalista e hegemônico.

François Chesnais (1996) interpreta tais fenômenos como um processo de *mundialização do capital*, demarcando sua posição contrária à idéia de que a globalização conduziria a uma marcha em direção à dissolução das diferenças culturais e das desigualdades sociais e econômicas, quando o que ele observa é a polarização entre regiões e países, por um lado, e um movimento em direção à configuração de mercados mundiais regidos por oligopólios, manifestando um caráter predominantemente econômico dos processos em curso, por outro.

Tais análises estabelecem a associação entre a dinâmica capitalista e o processo de globalização, ou de mundialização. No entanto, autores como Roland Robertson (2000) focalizam as implicações na esfera cultural desencadeadas pela globalização, também com o propósito de ampliar as análises com foco econômico e político. A cultura seria o elemento estruturador das

relações econômicas e políticas entre atores empresariais e governamentais

Cada vez mais, reconhecemos que apesar de as questões econômicas serem de tremenda importância nas relações entre as sociedades e entre as várias formas de relações transnacionais, tais questões estão consideravelmente sujeitas às contingências culturais e à codificação cultural. Está se tornando ainda mais relevante para o contexto atual o fato de que, independentemente do quanto a questão dos interesses nacionais explícitos pesam na interação entre as nações, está sempre presente a questão fundamental, de natureza basicamente cultural, que dá estrutura e forma à maior parte das relações, desde as relações hostis às amigáveis, entre as sociedades nacionalmente organizadas (Robertson, 2000, p.19).

Robertson vai mais longe do que Chesnais ou Ianni quanto à temporalidade da globalização: este processo seria tão antigo quanto a emergência das religiões mundiais (cristianismo, confucionismo, islamismo, entre outras) há mais de dois mil anos, não se tratando de um fenômeno novo, mas de um processo de crescente unificação de padrões culturais e de eclosão de particularismos.

Desse modo, essa linha de argumentação converge em termos não apenas das repercussões do processo de globalização, mas também da dinâmica social, ainda que apresente divergências significativas no que concerne ao foco de análise. Tais análises concebem a globalização como fenômeno antigo, seja associado ao capitalismo quando a ênfase repousa em processos políticos e econômicos, seja associado às religiões quando a ênfase repousa em processos culturais, na medida em que valem-se da idéia de totalidade social, ou de sociedade, pautando-se na observação das suas continuidades, quer econômicas, quer culturais, ou em outros termos do seu “fio condutor”.

Noutra linha de argumentação, estão os que defendem a idéia de que a globalização seria um fenômeno realmente novo e revolucionário que estaria a transformar os mais variados

domínios da ação humana. Estaríamos experimentando a transição para um outro tipo de sociedade, ou de vida social, cuja natureza estaria ainda em aberto: “sociedade de consumo?”, “sociedade de serviços?”, “sociedade do risco?”, “sociedade da informação?”, “sociedade do conhecimento?”.

O que denominamos de globalização seria, seguindo a terminologia de Boaventura Souza Santos (2002), um *fenômeno multifacetado* que, nos seus desdobramentos atuais, abrangeria variados processos sociais, com dimensões econômicas, sociais, políticas, culturais, religiosas e jurídicas interligadas entre si. *A globalização é uma fase posterior à internacionalização e à multinacionalização porque, ao contrário destas, anuncia o fim do sistema nacional enquanto núcleo central das atividades e estratégias humanas organizadas* (Santos, 2002, p.26). Para o autor, as explicações monocausais, monolíticas e lineares da globalização seriam incompatíveis com o (. . .) *vasto e intenso campo de conflitos entre grupos sociais, Estados e interesses hegemônicos, por um lado, e grupos sociais, Estados e interesses subalternos por outro* (. . .) (Santos, 2002, p.27). Estaríamos vivendo num sistema mundial em transição, pleno de contradições, o qual exigiria uma *teoria crítica* que abarque os variados processos da globalização em lugar de análises redutoras.

Por teoria crítica entendo toda a teoria que não reduz a ‘realidade’ ao que existe. A realidade qualquer que seja o modo como é concebida é considerada pela teoria crítica como um campo de possibilidades e a tarefa da teoria consiste precisamente em definir e avaliar a natureza e o âmbito das alternativas ao que está empiricamente dado. A análise crítica do que existe assenta no pressuposto de que a existência não esgota as possibilidades da existência e que portanto há alternativas susceptíveis de superar o que é criticável no que existe (Santos, 2000, p.23).

Anthony Giddens (1991) interpreta a globalização como consequência da modernidade, configurando um novo universo de experiência humana: a alta modernidade, ou modernidade radicalizada. Para Giddens, a modernidade apresentaria quatro

dimensões institucionais, quais sejam o capitalismo, a vigilância, o poder militar e o industrialismo, às quais corresponderiam quatro *dimensões da globalização*: a economia capitalista mundial, o sistema de estados-nação, a ordem militar e a divisão internacional do trabalho. Amplia-se o espectro de análise e relativiza-se a importância da dinâmica capitalista para o exame da globalização⁴. A globalização introduziria novas formas de interdependência global que tanto fragmentam quanto coordenam a vida social. Ela consistiria na intensificação das relações sociais em escala mundial, ligando localidades distantes de maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos distantes e vice-versa. Trata-se de uma relação dialética entre o local e o global, de mútua determinação. Os autores clássicos, notadamente Marx, Weber e Durkheim, teriam enfatizado o lado das oportunidades, do progresso, criado pela modernidade. Caberia à sociologia contemporânea considerar também o seu lado obscuro, expresso nos totalitarismos, nas guerras e na degradação ambiental (aos quais correspondem dimensões institucionais).

Para Zygmunt Bauman, *a expressão compressão tempo/ espaço encerra a multifacetada transformação em curso dos parâmetros da condição humana* (1999, p.07). Os *processos globalizadores* atingiriam diferentemente os seres humanos: as possibilidades de mobilidade dos grupos sociais permite a alguns globalizarem-se e impõe a outros a fixação no local/ lugar. O fator estratificador das sociedades humanas atuais seria a mobilidade. Neste sentido, Bauman destaca o que denomina de *proprietários ausentes*: investidores de companhias que atuam descompromissadas com os prejuízos que porventura venham a causar sobre populações locais (desemprego, degradação ambiental, migração, entre outros). As empresas deslocam-se com imensa facilidade pelo globo em busca de melhores condições para a realização do negócio. Os seus compromissos

⁴ Segundo Boaventura Souza Santos (2002, p.53) Giddens mereceria o adjetivo *culturalista*, na medida em que posicionar-se-ia no extremo oposto às abordagens que reduzem a globalização à sua dimensão econômica, enfatizando demasiadamente aspectos culturais.

seriam com os acionistas e não com as localidades nas quais circunstancialmente atuam. Neste caso, as possibilidades de contato/ negociação/ comunicação entre o capital e o seu alter (a localidade) seriam quase inexistentes, visto que a mobilidade do capital livra-o de quaisquer reivindicações da localidade (mão-de-obra, sindicatos, governos, ONGs, entre outros atores sociais). Os processos globalizadores teriam como conseqüências a polarização social, a segregação espacial, a imposição de símbolos e de significados e a erosão das totalidades culturais e sociais, as quais serão analisadas na próxima seção deste texto.

Também Manuel Castells (1999) atesta a emergência de um outro tipo de organização social: a *sociedade informacional*, regida pela organização na forma de redes. *Redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades, e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura* (Castells, 1999, p.497).

Desse modo, sem prejuízo das divergências, tais como otimismo/ pessimismo em relação às possibilidades futuras, essas análises revelam a rejeição dos autores à redução das transformações atuais aos processos econômicos. Por um lado, estariam em curso vários processos de globalização interdependentes entre si, ou articulados, mas não reciprocamente determinados. Por outro lado, a abordagem da globalização como fenômeno fundante de um outro tipo de vida social tem como condição necessária o olhar sobre as discontinuidades dos processos sociais. Neste caso, rompe-se com perspectivas evolucionistas e as totalidades sociais, em favor da idéia de processos sociais, de dimensões sociais, ou de *globalizações*, pois, como afirma Giddens:

A história não tem a forma totalizada que lhe é atribuída por suas concepções evolucionárias (. . .) Desconstruir o evolucionismo social significa aceitar que a história não pode ser vista como uma unidade, ou como refletindo certos princípios unificadores de organização e transformação. Mas isto não implica que tudo é caos ou

que um número infinito de histórias puramente idiossincráticas pode ser escrito (1991, p.15).

Para além de uma dicotomia entre as linhas de argumentação *supra* mencionadas, há cruzamentos entre as análises, na medida em que se posicionam no campo da teoria crítica, revelando certo consenso entre os autores em pelo menos dois aspectos: (a) a globalização envolve variados processos e dimensões, malgrado as divergências no que concerne ao significado das transformações, para alguns relativamente integradas entre si e para outros relativamente independentes entre si; e (b) a globalização é um fenómeno altamente conflituoso e que repercute diferentemente sobre grupos, classes, países, regiões e até mesmo continentes, produzindo novas questões sociais de âmbito global que estão a desafiar o saber sociológico. Parece que uma das questões intelectuais abertas pela globalização é saber como esquadrinhar os variados processos em curso, bem como as questões sociais a eles relacionadas, representando-os de maneira tão sintética quanto requer a análise científica, sem perder-se, portanto, numa múltipla e desordenada sucessão de fatos, mas também sem perder aspectos significativos do fenómeno. É a isso que se propõem as seções a seguir.

3. Processos e Dimensões da Globalização

Qual é a natureza e o conteúdo dos processos de globalização, ou das globalizações, sugeridas na seção anterior? Visando à operacionalização desta questão, pode-se sintetizar *quatro globalizações* associadas a quatro dimensões de análise da organização, ou da vida social, quais sejam a econômica, a política, a cultural e a societal.

3.1. Dimensão econômica

Embora os autores empreendam diferentes abordagens teóricas, é possível identificar nas análises sobre a globalização

e, mais genericamente, sobre a organização social, uma *dimensão econômica*, que se refere aos processos de produção material, distribuição e consumo, das sociedades. Castells acentua que *produção é a ação da humanidade sobre a matéria (natureza) para apropriar-se dela e transformá-la em seu benefício, obtendo um produto, consumindo (de forma irregular) parte dele e acumulando o excedente para investimento conforme os vários objetivos socialmente determinados* (1999, p.33). Para Giddens (1991), uma das dimensões da globalização seria a organização de uma economia capitalista mundial, a qual expressaria os desdobramentos de uma das instituições das sociedades modernas: o capitalismo, a saber, *um sistema de produção de mercadorias, centrado sobre a relação entre a propriedade privada do capital e o trabalho assalariado sem posse de propriedade, esta relação formando o eixo principal de um sistema de classes* (Giddens, 1991, p.61). Boaventura Souza Santos (2002) identifica a existência de uma nova economia mundial, que ter-se-ia configurado a partir da globalização da produção promovida por empresas multinacionais. Um dos traços característicos dessa nova economia seria a convivência entre três capitalismo transnacionais - o americano, o japonês e o europeu, constituídos por relações entre países centrais, semiperiféricos e periféricos. Assim, pode-se distinguir uma *globalização econômica*.

A dimensão econômica da vida social em tempo de globalização envolve *cinco processos* interdependentes, mas distinguíveis entre si. *Primeiro*, assiste-se à intensificação das relações de produção, distribuição e consumo em âmbito mundial, caracterizando a emergência de uma nova economia que opera, seguindo Castells (1999), *como uma unidade em tempo real*, em âmbito planetário. A operação da economia globalizada está apoiada nas chamadas tecnologias da informação, mormente a informática, as telecomunicações e os transportes⁵. Como diferentes analistas estão a atestar, a crise de

⁵ Conforme Castells, a nova economia seria também informacional, em razão de que *a produtividade e a competitividade de unidades ou agentes nessa economia dependem basicamente de sua capacidade de gerar, processar e*

lucratividade dos anos 70 impulsionou um movimento de expansão capitalista na busca por novos mercados consumidores, estimulando relações internacionais de produção, distribuição e consumo, nas últimas três décadas (Castells, 1999; Dupas, 2000; Ianni, 2001; Sklair, 1995).

Segundo, há um processo de expansão da privatização e de liberalização e desregulamentação de mercados, acompanhado da redução da ação do Estado na regulação da atividade econômica, sobretudo nos países semiperiféricos e periféricos. Neste sentido, Boaventura Souza Santos (2002) indica três inovações institucionais a partir do processo de globalização econômica, quais sejam restrições drásticas à regulação estatal da economia; novos direitos de propriedade internacional para investidores estrangeiros e inventores de inovações suscetíveis de serem objeto de propriedade intelectual; e, por fim, subordinação dos Estados Nacionais às agências multilaterais (Banco Mundial – BM; Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD; Fundo Monetário Internacional – FMI; Organização Mundial do Comércio – OMC). De fato, as crises econômicas argentina, uruguaia, paraguaia e brasileira, em 2002, revelam a profunda dependência desses países relativamente às determinações do FMI sobre as suas economias, como condição para a liberação de novos empréstimos.

Além disso, as economias nacionais, mormente dos países semiperiféricos e periféricos, reduzem cada vez mais as restrições às entradas de capital estrangeiro, seja financeiro, seja industrial, através da compra de empresas estatais e de novos investimentos em plantas industriais. No caso brasileiro, todo o sistema de telecomunicações, a maioria dos bancos estaduais-estatais, a principal empresa siderúrgica do País, entre inúmeras outras empresas estatais, foram privatizados e, em grande parte, os novos controladores são corporações de capital estrangeiro. A indústria automobilística no Brasil, por exemplo, vem experimentando um movimento de reespecialização das unidades montadoras, em razão de novos investimentos em áreas sem

aplicar de forma eficiente a informação baseada em conhecimentos (1999, p.87).

tradição neste tipo de indústria, como nos casos de Gravataí – RS e de Camaçari – BA.

No entanto, a recíproca dos países centrais em relação aos demais nem sempre se verifica: em março de 2002, o Governo norte-americano, primeiro, e a União Européia, em seguida, estabeleceram tarifas de até, respectivamente, 30% e 26% sobre o aço importado, visando à proteção de suas indústrias. Tais medidas prejudicaram fortemente países semiperiféricos como o Brasil, a China e a Coréia do Sul, grandes exportadores do produto. O Congresso norte-americano aprovou, em maio de 2002, uma nova lei agrícola – *Farm Bill*, que estabelece amplos subsídios aos seus agricultores: um adicional de 73,5 bilhões de dólares nos próximos dez anos. A estimativa do governo brasileiro, grande exportador de produtos agrícolas para os Estados Unidos, é de que os prejuízos seriam de 2,4 bilhões de dólares ao ano para os exportadores brasileiros. Por opção, o Governo brasileiro pleiteia junto à OMC a redução dos subsídios norte-americanos, mas não se propõe a oferecer subsídios ao produtor nacional, equiparando-o ao norte-americano, vale notar. Na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável de Johannesburgo, em 2002, um dos pontos centrais de discórdia entre os países ricos e os países pobres foi o subsídio a agricultura: nos países ricos, em 2001, foram aplicados 311 bilhões de dólares em subsídios, ao passo que os países pobres aplicaram apenas 55 bilhões de dólares. Por conseguinte, os produtores agrícolas dos países pobres enfrentam obstáculos não apenas para exportar para os países ricos, como também para vender no mercado interno, em razão da concorrência dos produtores dos países ricos que têm produção fortemente subsidiada.

Terceiro, organiza-se um sistema financeiro internacional, que opera de acordo com as agências multilaterais e que orienta a dinâmica de movimentação dos capitais em âmbito global (Ianni, 2001). O capital financeiro passa a participar decisivamente na composição acionária de megacorporações empresariais, as quais são os agentes dominantes na nova economia (Sklair, 1995). Paralelamente, ocorrem intensos processos de fusões de empresas e de

concentração de capitais, estimulados pela liberalização e desregulamentação de mercados e pela privatização de empresas, compradas, em grande parte, por corporações multinacionais (Dupas, 2000).

Quarto, os capitais, não apenas financeiro mas também industrial, vêm movimentando-se no espaço da economia global com cada vez maior velocidade, em contraste quase toda a mão-de-obra permanece presa à localidade. Os investimentos são planejados e realizados em escala global, os quais são facilitados pelo aperfeiçoamento e pela difusão das telecomunicações, dos meios de transporte e da informática (Bauman, 1999; Sklair, 1995).

Quinto, empresas de diferentes setores da atividade econômica vem enfrentando o movimento de reestruturação produtiva: a flexibilização das formas de organização e de gestão da força de trabalho, com uso intenso de tecnologias microeletrônicas. A instabilidade e a heterogeneidade e segmentação do mercado globalizado, o acirramento da competição interfirmas e o sucesso alcançado pelas formas flexíveis de organização do trabalho empregadas pelas empresas japonesas impuseram a reestruturação das formas de produção e trabalho apoiadas no padrão de produção fordista, aplicado para mercados de massa (Castells, 1999)⁶. Nos novos sistemas de produção - produção flexível, os métodos de gerenciamento e de organização do trabalho apoiam-se na atualização tecnológica constante, no fornecimento *just-in-time*, no controle de qualidade total, no envolvimento dos trabalhadores no processo produtivo e na descentralização/ desverticalização do processo produtivo, através da externalização de trabalho, tendo em vista a variação quantitativa e qualitativa do produto, adaptando-o às condições do mercado globalizado (Castells, 1999; Dupas, 2000; Sklair,

⁶ Entretanto, para Harvey (1998), as formas flexíveis de produção resultariam de causas internas ao padrão de produção fordista. Este teria esgotado as possibilidades de ganhos de produtividade, entre outras razões pela resistência das massas operárias organizadas em fortes sindicatos.

1995). Tais métodos de produção reduzem drasticamente o nível de emprego (Dupas, 2000; Rifkin, 1995)⁷.

3.2. *Dimensão política*

Uma segunda dimensão da vida social e, por conseguinte, da globalização, é a *dimensão política*, relativa às formas de uso, de disputa e de distribuição do poder entre indivíduos e entre grupos. Pode-se entender poder como a relação entre indivíduos na qual existiria a imposição da vontade de alguns sobre a de outros mediante o uso potencial ou real de violência física ou simbólica (Castells, 1999). Segundo Boaventura Souza Santos (2002), o Estado-Nação teria perdido poder de decisão em favor de um sistema interestatal, composto por Estados centrais, semiperiféricos e periféricos. Neste sentido, Giddens argumenta que uma dimensão da globalização seria a configuração de um sistema de Estados-Nação, relacionado ao desenvolvimento das condições de vigilância, uma das instituições da modernidade. *A vigilância se refere à supervisão das atividades da população súdita na esfera política (. . .). A supervisão pode ser direta (tais como prisões, escolas e locais de trabalho abertos) mas, mais caracteristicamente, ela é indireta e baseada no controle da informação* (1991, p.63). Os Estados não operariam apenas em favor da geração de riquezas materiais, mas também na garantia de soberania dos territórios e na promoção das culturas nacionais. Assim, distingui-se uma *globalização política*.

Há fundamentalmente *três processos* relativos à globalização política. *Primeiro*, são instituídas organizações internacionais de regulação das relações entre Estados, tais como a Organização das Nações Unidas (ONU), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM), entre outros, orientadas pelos princípios ideológicos neoliberais. As

⁷ Para Castells (1999), a produção flexível não seria poupadora de mão-de-obra, pois experimentamos o momento histórico que apresenta o maior número absoluto de indivíduos ocupados. O desemprego existente teria outras causas, entre elas, o ingresso massivo da mulher no mercado de trabalho.

organizações internacionais ou multilaterais estabelecem parâmetros, apoiados na chamada ideologia neoliberal – princípios da livre iniciativa e da liberdade econômica e de mercado como fatores determinantes de prosperidade econômica e social, a serem seguidos pelos governos que pretendem utilizar os seus benefícios e recursos. As principais exigências em relação às economias nacionais para a concessão de apoio financeiro, estabelecidos no Consenso de Washington, são a abertura à competição externa, a desregulamentação de mercados, a redução da ação do Estado, a eliminação de subsídios e a desativação de mecanismos de controle de preços (Ianni, 2000; Santos, 2002). É como se, como sugere Bauman (1999), a economia passasse a ser a *área da não política*, em face da defesa pelas organizações multilaterais dos princípios neoliberais que rejeitam a ingerência e a coordenação política sobre as atividades econômicas e que apregoam a ação individual, atomizada e empreendedora para a solução de problemas de origem política, como o desenvolvimento e a desigualdade econômica e social.

Segundo, os países tendem a organizarem-se em blocos político-econômicos. Cada vez mais estabelecem-se acordos interestatais (União Européia, NAFTA, Mercosul), nos quais, acentua Boaventura Santos, no caso da União Européia, *o Estado-Nação parece ter perdido a sua centralidade tradicional enquanto unidade privilegiada de iniciativa econômica, política e social* (2002, p.36), reduzindo o seu controle sobre o fluxo de pessoas, capitais, bens e idéias.

Terceiro, os Estados Nacionais tendem a fragilizarem-se, favorecendo o recrudescimento de autoritarismos e de totalitarismos. A transferência de poderes do Estado para entidades privadas ou para o mercado, estimulada pelas políticas das principais organizações multilaterais, reduz a capacidade de geração de recursos do Estado Nacional, dificultando a implementação de políticas públicas e de garantias de direitos sociais. Os Estados passam a depender dos mercados de capitais, implicando na perda de autonomia e de legitimidade para a tomada de decisões e para a elaboração e implementação de sua própria legislação, deslocando poderes do âmbito nacional para o

global (Muzio, 1999). Além disso, estão esvaziados os espaços de discussão pública, o que se traduz na descrença e deslegitimação da discussão, da negociação e das instituições políticas.

3.3. Dimensão cultural

A dimensão cultural da organização social concerne aos processos pelos quais os indivíduos, interagindo entre si, produzem símbolos e significados coletivos. Para Castells, *a comunicação simbólica entre os seres humanos e o relacionamento entre esses e a natureza, com base na produção (e seu complemento, o consumo), experiência e poder, cristalizam-se ao longo da história em territórios específicos, e assim geram culturas e identidades coletivas* (1999, p.33). Neste sentido, a globalização, para Santos (2002), tanto geraria homogeneização, como diversidade, em termos de símbolos e de significados. Outro traço característico das culturas atuais, que Giddens (1991) argumenta ser uma terceira dimensão da globalização, seria a ordem militar mundial, relacionada com a industrialização da guerra, com o fluxo internacional de armamentos e de técnicas militares e com as alianças militares entre Estados. Ela teria origem no poder militar instituído na modernidade, como forma de controle e uso dos meios de violência pelos Estados. Assim, a resolução de conflitos entre Estados é crescentemente encaminhada por meio da guerra, da violência, em escala global, como possibilita a tecnologia nuclear. Trata-se, pois, de uma *globalização cultural*.

Esta terceira globalização envolve *dois processos* conexos entre si. *Primeiro*, assiste-se à difusão de uma cultura global, facilitada pelas redes de comunicação, notadamente a televisão. O futebol é um esporte que hoje penetra e é praticado em todo o mundo. Jogadores de futebol, tais como Pelé, Maradona, Zidane e Ronaldinho, são ídolos em toda a parte. O inglês torna-se uma espécie de idioma universal, embora enfrente resistências de culturas nacionais que tentam impor-se à colonização de suas línguas, como é o caso da França. Os *shoppings centers* são os espaços mais concorridos de

entretenimento, lazer e diversão. A moda, o *rock*, as produções cinematográficas, os refrigerantes e os *fast foods* difundem-se a todos os países. Conforme Ianni (2001) e Santos (2002), trata-se de um processo de ocidentalização do mundo, no qual valores e modos de vida, originados na Europa Ocidental e revigorados nos Estados Unidos, expandem-se contraditoriamente por países e continentes.

Segundo, paralelamente ao processo de homogeneização cultural, assiste-se à emergência de particularismos culturais e ao crescimento de racismos e de sentimentos xenófobos. A difusão cultural não é pacífica. Por um lado, há disputas entre as culturas ocidentais dominantes em torno da definição dos padrões a serem difundidos: há modas parisienses, inglesas, americanas, italianas. Por outro lado, as culturas não ocidentais e ocidentais não dominantes reproduzem-se com traços nativos, próprios, particulares, tentando afirmar-se. Tratam-se de reações localistas, particularistas e, às vezes, fundamentalistas, à ocidentalização do mundo, tais como as seitas, as religiões, os dialetos, os nacionalismos, os racismos e as xenofobias. Para Robertson, as manifestações culturais na contemporaneidade caracterizam-se tanto pela universalidade e pela homogeneidade, quanto pelo particularismo e pela diferença, consistindo em processos relacionados e complementares: *a idéia de cultura global é tão significativa quanto a idéia da cultura nacional-societária ou local* (1999, p.160).

3.4. Dimensão societal

A dimensão societal, tal como propõe-se neste trabalho, refere-se aos processos pelos quais o indivíduo experimenta o ambiente social e natural, através dos laços, de controle e conflito, que indivíduos estabelecem entre si, nos pequenos grupos (laços comunitários) e nas organizações complexas (laços societários), e com a natureza. Segundo Castells, *a experiência é estruturada pelo sexo/ relações entre os sexos, historicamente organizada em torno da família e, até agora, caracterizada pelo domínio dos homens sobre as mulheres. As relações familiares e a sexualidade estruturam a personalidade e moldam a interação*

simbólica (1999, p.33). Para além da proposição de Castells, pode-se acrescentar ainda a experiência que indivíduos estabelecem em relação ao tempo/ espaço e à natureza, profundamente alteradas com as novas formas de vida social. Giddens (1991) propõe, como uma dimensão da globalização, a nova divisão internacional do trabalho, como desdobramento da instituição do industrialismo nas sociedades modernas, entendido como o emprego de energia inanimada, notadamente a eletricidade e o petróleo, para o processo de produção por meio de máquinas de alta tecnologia que regulam a atividade humana. Boaventura Santos (2002) destaca também as novas desigualdades sociais e relações entre classes geradas pela globalização. Assim, pode-se distinguir uma *globalização societal*.

Há *quatro processos* na globalização societal. *Primeiro*, estabelece-se uma relação instrumental do indivíduo com o meio social e ambiental, relacionada a certo tecnicismo. O alter e a natureza são tidos como meios para atingir-se certos fins. Castells (1999) afirma que, pela primeira vez na história, o ser humano torna-se independente da natureza, criando condições de dominá-la. Giddens (1996) propõe existir uma natureza artificial, em lugar da natureza natural. Para Touraine (1998), o momento atual caracteriza-se por um antagonismo e por uma dissociação entre a racionalidade instrumental, característica das sociedades ricas do Norte, e a busca de identidade, característica das sociedades pobres do Sul. O fato é que, embora não seja uma novidade, a ampliação, a instantaneidade, a instabilidade, enfim, a complexidade das relações dos indivíduos com os grupos e organizações e com a natureza, orientadas pela lógica instrumental de mercado e pela confiança na tecnologia, vêm acentuando uma visão instrumental dos fenômenos sociais e naturais.

Segundo, o individualismo e o consumismo são traços crescentes de nosso tempo, traduzidos em certo isolamento e em fragmentação social. Em lugar de cidadão, o indivíduo é percebido e tratado como contribuinte e como consumidor.

Em vez da união, o evitamento e a separação tornaram-se as principais estratégias de sobrevivência nas megalópoles contemporâneas. Não há mais a questão de amar ou odiar o seu vizinho. Manter os vizinhos ao alcance da mão resolve o dilema e torna a opção desnecessária; isso afasta situações em que a opção entre o amor e o ódio se faz necessária (Bauman, 1999, p.56).

Um dos símbolos do isolamento e do consumismo, típicos de nosso tempo, são os *shoppings*, nos quais, primeiro, a norma não é negociada ou discutida porquanto se trata de um espaço privado e, segundo, os indivíduos não o freqüentam para discutir ou analisar algo, mas para observar produtos, para circular, para entreter-se. Experimenta-se, segundo Bauman, a imposição desde cima de normas e de valores sobre o que é considerado certo e errado, belo e feio, útil e inútil, adequado e inadequado, em razão de que o isolamento e o consumismo degradam os espaços públicos e as decisões coletivas.

Terceiro, para alguns, presencia-se, talvez, uma transição do industrialismo para o informacionalismo; para outros, uma nova divisão internacional do trabalho. Castells caracteriza esse processo como uma transformação do modo de desenvolvimento, isto é, os procedimentos empregados pelos seres humanos para atuar sobre a matéria e para a geração de produtos, os quais determinam o nível e a qualidade do excedente. O industrialismo apoia-se na introdução de novas fontes de energia, visando ao crescimento econômico e à maximização da produção. O informacionalismo apoia-se na introdução de novas tecnologias de geração de conhecimentos e de processamento da informação, tendo em vista a acumulação de conhecimentos e maiores níveis de complexidade no processamento da informação. A questão é tratada por Giddens (1991) em termos de um novo momento do industrialismo, no qual se redefine a divisão internacional do trabalho: regiões dos países centrais tenderiam a desindustrializar-se, ao passo que os periféricos tenderiam a industrializar-se. Este processo afetaria não apenas o trabalho, mas também a vida cotidiana, especialmente as relações do ser humano com a matéria e a natureza.

Quarto, alteram-se as noções de tempo e de espaço. Um dos primeiros autores a tratar desta transformação, David Harvey (1998)⁸ recebeu logo o endosso de autores como Giddens, Castells, Bauman, Robertson e outros. As sociedades contemporâneas não seriam marcadas apenas pelo tempo cronológico. Este cumpriu papel essencial ao desenvolvimento do capitalismo industrial. No entanto, tal compreensão do tempo vem alterando-se: o tempo torna-se intemporal, por ser fragmentado, aleatório e misturado entre o tempo local e o global. O tempo intemporal é, então, a confusão - instantaneidade ou eventualidade - no seqüenciamento dos fenômenos ocorridos em um contexto social. Todavia, este processo teria caráter polar/ desigual. A nova temporalidade não atinge a todos e nem da mesma forma: *O tempo intemporal pertence ao espaço de fluxos, ao passo que a disciplina tempo, o tempo biológico e a seqüência socialmente determinada caracterizam os lugares em todo o mundo, estruturando e desestruturando materialmente as nossas sociedades segmentadas* (Castells, 1999, p.490).

Quais são os conflitos e os desafios impostos pelos processos acima descritos para as sociedades contemporâneas? Em outros termos, quais são as questões sociais de nosso tempo?

4. Novas questões sociais

Desde a perspectiva de uma *teoria crítica*, quer numa abordagem totalizadora da realidade social – como nos casos, entre outros, de Ianni e de Robertson, quer numa abordagem que rompe com as totalidades sociais – como nos casos, entre outros, de Giddens e de Bauman, os processos sociais são concebidos como resultado de relações conflituosas entre os atores sociais implicados. A movimentação dos atores na arena social implica na produção de conflitos em torno dos seus interesses e convicções cuja defesa é realizada a partir da elaboração de projetos/ alternativas/ utopias que se manifestam, entre outras formas, em movimentos sociais. A dinâmica de interações entre

⁸ Trabalho publicado em primeira edição, em língua inglesa, no ano de 1989.

os atores, bem como as práticas sociais resultantes, em uma configuração social dependem tanto das possibilidades ou dos recursos de que dispõem, os quais são desigualmente distribuídos consoante à configuração assumida pela estrutura social, quanto dos seus interesses e convicções/ ideais. Os processos econômicos, políticos, culturais e societais analisados anteriormente possibilitam a distinção de quatro questões sociais correspondentes, na contemporaneidade, na medida em que a dinâmica de interação e conflito entre os atores inscrita nos processos sociais globais revelam novos riscos e desafios. Trata-se, pois, de saber-se o que está em jogo entre os atores sociais, bem como quais são as alternativas vislumbradas, nas dimensões econômica, política, cultural e societal, nas sociedades em tempo de globalização.

4.1. Pobreza

A globalização econômica, marcada por uma economia que opera como uma unidade em tempo real e em nível mundial, pela redução da ação do Estado como regulador e, sobretudo, como protagonista da atividade econômica, pela predominância do capital financeiro, pela alta mobilidade do capital que utiliza mão-de-obra presa à localidade e pela flexibilização da produção e do trabalho, vem acentuando desigualdades e estimulando a polarização econômica entre grupos sociais, países, regiões e continentes. Conforme Bauman, uma das principais conseqüências do processo de globalização seria a polarização e o agravamento das desigualdades sociais, em razão do aumento da velocidade/ mobilidade de uns frente a estagnação/ imobilidade de outros. Para Castells, *existe, de fato, uma crescente polarização da renda em âmbito mundial (. . .). Entretanto, também ocorre uma crescente diferenciação de crescimento econômico, capacidade tecnológica e condições sociais entre as áreas do mundo, entre países, nos países e até nas regiões* (1999, p.129). Neste caso, a *pobreza* é uma questão social característica de nosso tempo. Não se trata propriamente de uma nova questão social, mas de uma persistente questão social que se acentua.

A polarização econômica, fomentada pelas políticas recessivas e liberalizantes das organizações multilaterais, por relações comerciais desiguais entre nações, pela redução de direitos trabalhistas, pela redução da quantidade e da qualidade do emprego, entre outros aspectos, amplia-se, perpetuando a pobreza. De fato, após o México, a Rússia e a Malásia, a Argentina, mesmo com a adoção das medidas econômicas indicadas pelo FMI e pelo BM para a concessão de empréstimos, enfrenta, em 2002, grave crise econômica e social em face da fuga massiva dos investidores de capitais financeiros. O País depende de novos empréstimos do Fundo que impõe regras para a condução da economia que reforçam o ingresso de capital estrangeiro, as transações econômicas desiguais e a redução de direitos trabalhistas e sociais. Os governos de Brasil e Uruguai também negociaram novos empréstimos junto às instituições multilaterais, os quais são condicionados, entre outros aspectos, à manutenção e/ou ampliação do superávit primário, implicando em estímulo à privatização, do lado da receita, e em redução dos gastos sociais, do lado das despesas.

A própria Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a necessidade de uma coalizão de luta contra a pobreza, que atinge metade da população do planeta, no chamado Consenso de Monterrey, em março de 2002, no qual líderes de 180 países fixaram estratégias de desenvolvimento econômico para os países periféricos e semiperiféricos. Entre as propostas aprovadas, destacam-se a reavaliação das dívidas dos países mais pobres e a mobilização de recursos financeiros dos países ricos para o desenvolvimento dos países pobres. Entretanto, o presidente norte-americano, George Bush, condicionou a ajuda de seu país à adoção de reformas econômicas, políticas e legais pelos países pobres, tais como recorrer em maior medida à iniciativa privada e a abertura de mercados. No continente africano, mais de um terço dos países está em estado de emergência em razão da fome. Mais de 13 milhões de pessoas, em 21 países, necessitam com urgência de comida, segundo relatório da FAO, a agência da ONU para a alimentação.

Estudos de Anthony Woodiwiss (1999) e de Huw Beynon (1999) estão a registrar, em diferentes países, tais como

Reino Unido, Japão, Filipinas, Singapura, Malásia e Hong-Kong, a redução dos direitos trabalhistas e sociais em face da liberalização irrestrita de mercados, da redução da ação do Estado e da fragilização das organizações de trabalhadores, estimuladas pelos organismos multilaterais. No caso brasileiro, tramita no Congresso Nacional projeto de Lei que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), propondo mudanças no 13º salário, nas férias, no aviso prévio, no adicional noturno, na equiparação salarial, no prazo de pagamento de salário, na participação em lucros e resultados e no banco de horas. Outras perdas para os trabalhadores tem sido a precarização do trabalho e o desemprego, contribuindo para o aumento da pobreza. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), órgão de pesquisa do Governo brasileiro, a taxa de desemprego no País vem elevando-se dramaticamente: 3,7%, em 1990; 6,1%, em 1995; 7,8%, em 1997; e 9,0, em 1999.

Malgrado as diferentes abordagens, os visionários Giddens (1996) e Boaventura Santos (2000) identificam a polarização econômica como um dos males de nosso tempo e reservam espaço aos movimentos trabalhistas no questionamento e no fornecimento de pautas para transformações futuras. A alternativa vislumbrada por Giddens seria a composição de uma economia de pós-escassez e por Boaventura Santos uma economia solidária.

O Fórum Social Mundial (FSM), em sua segunda edição realizada em 2002, em Porto Alegre, Brasil, vem reanimando o debate e a organização dos movimentos sociais, inclusive trabalhistas. Na dimensão econômica, os principais aspectos destacados são a necessidade de controle pelos Estados das suas próprias economias, do capital financeiro e das corporações empresariais transnacionais, bem como a necessidade de alteração nas estratégias das organizações multilaterais, notadamente a OMC (Organização Mundial do Comércio), o FMI, o BM e o Nafta. Vale notar que o Fórum Social Mundial consiste na maior expressão de luta por mudanças sociais no mundo contemporâneo. Na segunda edição, contou com 12.274 delegados inscritos, representado 123 países, que participaram de 27 conferências, de 96 seminários e de 622 oficinas. Tais

delegados pertenciam a ONGs, sindicatos e outros movimentos sociais, agências de cooperação internacional, centros de pesquisa, entidades religiosas e outras organizações. Trabalharam 3.356 jornalistas de todo o Mundo no evento.

4.2. *Autoritarismos*

Os processos de instituição de organizações internacionais de regulação das relações entre os Estados apoiadas nos princípios neoliberais, de estabelecimento de blocos político-econômicos e freqüentes acordos entre Estados e, mormente, de fragilização dos Estados Nacionais com o conseqüente esvaziamento dos espaços públicos de discussão e ameaças à soberania dos povos, vêm caracterizando a dimensão política da globalização. Os Estados Nacionais estão cada vez mais sujeitos à influência de agentes externos nas suas decisões. As democracias, muitas delas superficiais ou minimalistas, são freqüentemente ameaçadas por grupos golpistas. Movimentos sociais são criminalizados. Direitos Humanos são desrespeitados. Por conseguinte, os *autoritarismos* configuram uma outra questão social em tempo de globalização.

De fato, um golpe de Estado frustrado foi implementado na Venezuela, em abril de 2002. O governo golpista, que durou cinco dias, foi liderado por um empresário local com apoio de autoridades norte-americanas, desprezando a Constituição e o Parlamento, democraticamente constituídos e detendo o presidente deposto, Hugo Chávez, em uma prisão militar. Em Zimbábue, o presidente Robert Mugabe, que governa o País há 22 anos, foi empossado para outro mandato após eleições denunciadas como fraudulentas.

Em todo o Mundo, movimentos sociais vem sendo criminalizados, manifestando-se a intolerância de Estados e de elites às reivindicações de tais atores sociais e o autoritarismo com o qual tem sido conduzidos conflitos e divergências. Em março de 2002, o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, diante de uma possível greve dos petroleiros venezuelanos, ameaçou deslocar soldados do Exército para a empresa estatal e até mesmo militarizá-la. No Brasil, também em março de 2002, dezesseis

integrantes do Movimento dos Sem-Terra (MST) foram presos pela Polícia Federal após a ocupação da fazenda “Córrego da Ponte”, em Buritis, Minas Gerais, de propriedade da família do presidente Fernando Henrique Cardoso. Os trabalhadores foram indiciados por crime de formação de quadrilha cuja pena em caso de condenação é de três anos de detenção.

Experimentar-se-ia, pois, um movimento de imposição de símbolos e de significados, no qual haveria a redução dos espaços públicos de discussão de regras, de normas e de valores. Os significados não seriam mais discutidos, mas impostos por uma elite extraterritorial, seja das organizações multilaterais, seja das corporações empresariais transnacionais (Bauman, 1999). Presencia-se o ascensão de formas conservadoras de pensamento político, fortemente apoiadas na restrição de liberdades (Pierucci, 2000). É a negação dos direitos democráticos um dos males das sociedades atuais, isto é, o crescimento do poder autoritário/totalitário e das democracias autoritárias/ minimalistas. Neste contexto, os movimentos democráticos, por liberdades de expressão, seriam os atores responsáveis pelo questionamento e pela proposição de formas alternativas de democracia (Giddens, 1996; Santos, 2000).

Quais são as alternativas e utopias? Boaventura Santos (2000) propõe uma democracia radical que transcende a democracia formal, caracterizada por uma relação vertical entre o cidadão e o Estado. A radicalização da democracia implicaria, além de relações democráticas do Estado com os cidadãos, a democratização da relação entre os cidadãos e destes com associações diversas, promovendo uma democratização global das relações sociais. É neste sentido que Giddens (1991, 1996), por outras formas, propõe a participação democrática de múltiplas camadas em uma democracia dialógica, o que transcende as relações do Estado com os cidadãos, abrangendo a democratização das relações sociais, inclusive entre sexos, no que tange à esfera privada da vida social.

4.3. *Violências*

Por um lado, a difusão de uma cultura global, ou internacional *pop*, e por outro lado a eclosão de particularismos culturais e de fundamentalismos são os processos que caracterizam a dimensão cultural da globalização. Os particularismos e fundamentalismos, produzidos como reações às homogeneizações impostas pela cultura global, vêm implicando na fragmentação e na segregação, até mesmo espacial, entre grupos de culturas e de identidades diferentes. Daí a eclosão de racismos, de nacionalismos, de preconceitos étnicos, de conflitos étnicos, de guerras civis e entre nações, que convergem em múltiplas manifestações de violência. Segundo Bauman (1999), estaria em curso um duplo movimento de auto-encarceramento das elites extraterritoriais globais, de um lado, e de organização em guetos da população localizada/ fixada no lugar, de outro. A demarcação do espaço dessas populações ocorreria por meio da violência (“aberrações”, agressão física, quebra de regras), a qual seria uma expressão pelos dominados do jogo praticado pelas elites. Castells (2000) identifica uma globalização da organização do crime, nas redes de narcotráfico. Tais processos tornam as *violências* uma questão social.

As disputas por territórios, orientadas muitas vezes por razões exclusivamente religiosas ou identitárias, entre nações (constituídas ou não em Estados), bem como ações terroristas e outras manifestações de violência física e simbólica praticadas por grupos fundamentalistas, vem produzindo inúmeras e, em certos casos, perenes guerras no mundo globalizado. Índia e Paquistão, possuidores de armamentos nucleares, disputam a região da Cachemira, estabelecendo batalhas armadas que cessam e que são retomadas, sem solução no horizonte. Coréia do Norte e Coréia do Sul ainda mantém fortes divergências e disputas que, por vezes, redundam em ofensivas bélicas. No continente africano, inúmeros conflitos étnicos e guerrilhas se perpetuam. A Chechênia manteve severas batalhas com a Rússia, visando a sua autonomia. Rússia e Geórgia mantém batalhas diplomáticas e militares. Pela mesma razão sangrentas batalhas foram estabelecidas entre grupos identitariamente distintos na

Iugoslávia. Católicos e protestantes guerrilham na Irlanda do Norte. Na Espanha, os bascos reivindicam independência. A disputa por territórios e pelo reconhecimento do Estado Palestino entre palestinos e israelenses persiste, sem perspectivas de solução. Os Estados Unidos, com apoio da Inglaterra e de outros países, que em 1992 empreendeu a chamada Guerra do Golfo contra o Iraque, mantém hoje ofensivas militares que atingem o Afeganistão e que poderá estender-se a outros países, denominado-as de “Guerra contra o Terror”. O Mundo hoje tem a guerra como um dos recursos mais utilizados para a solução de conflitos entre Estados, ou nações, com a aquiescência da ONU, fortemente influenciada pelos países centrais, mormente América Anglo-Saxônica e Europa Ocidental.

As manifestações de violência simbólica são também intensas na contemporaneidade. Os nacionalismos e movimentos xenófobos são reanimados na Europa. Prosperam os racismos e ameaças contra imigrantes. No Brasil, somente agora se começa a discutir o estabelecimentos de cotas para os negros nas universidades públicas. A violência difusa também prospera. Uma brasileira é agredida a cada quatro minutos por uma pessoa com quem mantém relação de afeto (Correio do Povo, 27/03/02, p. 08). O Departamento de Estado norte-americano considerou o polícia brasileira como a maior ameaça aos direitos humanos no Brasil, na medida em que policiais civis e militares cometem freqüentemente assassinatos extrajudiciais, torturas, detenções e agressões a suspeitos de modo arbitrário e ilegal. Recentemente, trinta e cinco oficiais e praças da Brigada Militar, no Rio Grande do Sul, foram indiciados pela execução de dois menores suspeitos de assassinar uma policial militar em um ônibus.

Os movimentos pacifistas seriam um dos principais atores capazes do questionamento e da proposição de alternativas às violências em curso, vislumbrando à superação da guerra como instrumento de solução de conflitos entre povos – inclusive da ameaça iminente de conflitos nucleares e de guerras de grande escala - e da violência física na solução de conflitos interpessoais, através da institucionalização de práticas de reconhecimento do alter (Giddens, 1991 e 1996; Santos, 2000).

4.4. Recursos naturais

A globalização societal, caracterizada pela instrumentalidade da relação do indivíduo com o ambiente natural e social, pelo individualismo e consumismo, pela transição do industrialismo para o informacionalismo e pela alteração das noções de tempo e de espaço, vem significando, por um lado, a degradação dos recursos naturais e, por outro lado, a substituição da natureza natural por uma natureza artificial. Tais processos tornam também a preservação dos *recursos naturais* numa questão social.

A erosão das totalidades sociais e culturais seriam uma das conseqüências da globalização, na medida em que experimentar-se-ia não apenas o rompimento da comunicação entre elites e dominados, mas também a multiplicação dos contatos entre diversas comunidades/ localidades altamente diferenciadas. Tal erosão estimularia comportamentos individualistas e consumistas, essencialmente instrumentais e degradantes relativamente à natureza cujos recursos são transformados, por procedimentos industriais predatórios, em bens obsessivamente consumidos (Bauman, 1999). A crença exacerbada na tecnologia, inclusive nas tecnologias de informação, constitui outro elemento que exaure a natureza e estimula a instrumentalidade das relações sociais e dos indivíduos com a natureza. Giddens (1991, 1996) observa que estaria em curso um processo de desindustrialização dos países centrais e de industrialização de países periféricos. O problema estaria na degradação ambiental associada a essa nova divisão internacional do trabalho cujas práticas de uso dos recursos naturais são, muitas vezes, predatórias.

O relatório da ONU, preparado para a Conferência de cúpula realizada em Johannesburgo (“Rio + 10”) que discutiu o desenvolvimento sustentável e a pobreza no planeta, com a presença de representantes de mais de 100 países, revela que 40% da população mundial já enfrenta escassez de água e que 2,2 milhões de pessoas morrem a cada ano por beber água contaminada. O documento também aponta que a produção de

alimentos vem reduzindo-se e que metade dos grandes primatas está à beira da extinção.

O lixo doméstico, industrial e nuclear é outro grave problema, na medida em que implica na poluição dos recursos hídricos, do ar e do solo. Três anos depois de as forças da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) terem bombardeado a Iugoslávia, no conflito de Kosovo, o relatório elaborado no Programa de Meio Ambiente das ONU divulgou a existência de áreas onde o solo, as plantas e o ar estão contaminados por urânio, configurando ameaça à saúde humana e ao ambiente natural. Somente Estados Unidos e Rússia possuem ainda 6 mil ogivas nucleares.

Além disso, a emissão de gases poluentes, sobretudo emitidos a partir da combustão de derivados de petróleo realizada pelas indústrias e pelos veículos automotores, vêm significando o chamado efeito estufa, ou aquecimento global (de 1,1° C nas últimas quatro décadas), que, entre outras conseqüências, produz o degelo em regiões polares. O chamado Protocolo de Kyoto estabeleceu metas para redução da emissão de gases poluentes, o qual não foi pactuado pelo Governo norte-americano.

Os movimentos ecológicos, como movimentos de contracultura, seriam os responsáveis pelo questionamento dessa nova divisão internacional do trabalho que desgasta e destrói o meio ambiente natural, tendo em vista a humanização da tecnologia em lugar do seu uso instrumental (Giddens, 1991 e 1996).

5. Considerações Finais

A globalização vêm transformando profundamente as estruturas, relações e processos da vida social contemporânea, exigindo a elaboração de novos instrumentos teóricos de análise, bem como a reformulação dos existentes. Ela envolve variados processos sociais cujas características e conseqüências são altamente diferenciadas, afetando diferentemente os indivíduos, segundo classes, regiões, países e continentes, e transcendendo, ao contrário da insistência de alguns, o espectro econômico. Se,

por um lado, a globalização pode ser esquadrihada, com alguma nitidez, em termos econômicos, políticos, culturais e sociais, e se, por outro lado, tais globalizações estão a transformar a vida social, propiciando melhores oportunidades para alguns e impondo prejuízos a outros, então caberia pensar-se na existência de *novas questões sociais*, típicas da nova realidade, quais sejam:

- a *pobreza* configura uma questão social, na medida em que os processos econômicos que originaram uma economia capitalista mundial vem acentuando desigualdades e, por conseguinte, estabelecendo uma polarização econômica entre países e grupos sociais; talvez sejam, principalmente, os movimentos trabalhistas os atores sociais implicados na reversão dessa tendência;
- as *autoritarismos* são outra questão social, porquanto os processos políticos implicaram na conformação de um sistema de Estados-Nação, regulado por agências multilaterais e por blocos político-econômicos, no qual não apenas a soberania dos povos, especialmente periféricos e semiperiféricos, é ameaçada, mas também ocorre a imposição de símbolos e de significados pelos grupos e países dominantes paralelamente à redução dos espaços públicos de discussão de regras, normas e valores; neste caso, parece que os movimentos democráticos tornam-se estratégicos no questionamento, no combate e na proposição de alternativas a tais ameaças e imposições;
- as *violências* são uma questão social, uma vez que os processos culturais atuais, marcados por reações particularistas e fundamentalistas, na afirmação de identidades, à homogeneidade estabelecida por uma “cultura global”, estão repercutindo, no plano das relações entre povos, no intenso uso da guerra e na militarização e, no plano das relações interpessoais, no recurso à violência física e simbólica para a demarcação de espaços e territórios; os movimentos pacifistas cumprem papel estratégico na reflexão e no estabelecimento de novas práticas que evitem a ocorrência de catástrofes sem precedentes;

• a *degradação dos recursos naturais* configuram uma questão social, pois os processos sociais em tempo de globalização não apenas estimulam o individualismo e o consumo obsessivo de bens industrializados, como também o uso predatório dos recursos naturais interpretados como meios para a satisfação do desejo individualista de consumo; os movimentos ecológicos, especialmente, parecem ser os atores sociais implicados na reversão de tais tendências.

Experimentamos, pois, um novo momento histórico, talvez mais desigual, veloz e fragmentado, que introduz novas questões e desafios aos atores e aos analistas sociais. Trata-se de uma realidade que, em suas diferentes dimensões, apresenta transformações dramáticas, pelos prejuízos impostos a alguns em favor de outros. No entanto, trata-se também de uma realidade aberta, múltipla, conflituosa, em construção, de forma alguma inexorável, linear, monolítica, ou de direção única, como argumentam os que dela estão a beneficiar-se. As numerosas possibilidades futuras dependerão das estratégias e práticas adotadas pelos atores sociais implicados, as quais serão elaboradas segundo os horizontes vislumbrados. Daí o valor de uma teoria crítica.

Referências Bibliográficas

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização : conseqüências humanas*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Editor, 1999.

BEYNON, Huw. Globalização, neoliberalismo e direitos dos trabalhadores no Reino Unido. In: OLIVEIRA, F. e PAOLI, M. C. (Org.). *Os sentidos da democracia : políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis : Vozes, 1999. Pp.265-288.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social*. Uma crônica do salário. Petrópolis : Vozes, 1999.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, M. *Fim de milênio*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 2000.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo : Xamã, 1996.

DAVIS, Stan e MEYER, Christopher. *A riqueza do futuro : riscos e oportunidades na e-economia*. Rio de Janeiro : Campus, 2000.

DUPAS, Gilberto. *Economia global e exclusão social – pobreza, emprego, Estado e o futuro do capitalismo*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 2000.

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo : UNESP, 1991.

GIDDENS, Anthony. *Para além da esquerda e da direita*. São Paulo : UNESP, 1996.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. 7ª Ed.. São Paulo : Loyola, 1998.

IANNI, Octávio. *A sociedade global*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2001.

MUZIO, Gabriele. A globalização como estágio de perfeição do paradigma moderno : uma estratégia possível para sobreviver à coerência do processo. In: OLIVEIRA, F. e PAOLI, M. C. (Org.). *Os sentidos da democracia : políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis : Vozes, 1999. Pp.113-161.

PIERUCCI, Antônio F.. *Ciladas da diferença*. São Paulo : Editora 34, 2000.

RIFKIN, Jeremy. *O fim dos empregos*. São Paulo : Makron Books, 1995.

ROBERTSON, Roland. *Globalização : teoria social e cultura global*. Petrópolis : Vozes, 2000.

SANTOS, Boaventura de S.. Os processos da globalização. In: _____ (Org.). *A globalização e as ciências sociais*. São Paulo : Cortez, 2002. Pp.25-102.

SANTOS, Boaventura de S.. *A crítica da razão indolente* : contra o desperdício da experiência. São Paulo : Cortez, 2000.

SKLAIR, Leslie. *Sociologia do sistema global*. Petrópolis : Vozes, 1995.

TOURAINÉ, Alain. *Crítica da modernidade*. Petrópolis : Vozes, 1998.

WOODIWISS, Anthony. Globalização, direitos humanos e direito do trabalho na Ásia do Pacífico : o início de uma viagem interior? In: OLIVEIRA, F. e PAOLI, M. C. (Org.). *Os sentidos da democracia* : políticas do dissenso e hegemonia global. Petrópolis : Vozes, 1999. Pp.209-264.

Recebido: setembro/2003

